



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Declaro iniciada a segunda reunião com audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Transmito aos presentes as escusas do Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, pela sua ausência em virtude de estar participando de missão oficial fora do País.

Em tempo, informo que, a seu pedido e na condição de membro desta Comissão, fui indicado para presidir esta reunião.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho — a quem desde já agradeço pela presença na Mesa —, que fará esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2011, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; e disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em restos a pagar, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011, de autoria do Deputado José Priante, aprovado na quarta reunião ordinária, realizada no último dia 4 de maio.

Anuncio a presença do Sr. Cleber Oliveira, Subsecretário de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; do Sr. George Soares, Secretário-Adjunto; e do Sr. Geraldo Julião, Coordenador-Geral da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento e Gestão.

Para ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteadado. Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas réplica e tréplica pelo mesmo prazo.

Com a palavra o Secretário do Tesouro Nacional.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que me inscreva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Depois da lista dos inscritos, eu vou inscrevê-lo.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Estou me adiantando e pedindo a V.Exa. que me inscreva em primeiro lugar. Assim que o Dr. Arno terminar sua exposição pelo prazo de 20 minutos eu gostaria de ter a condescendência de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Depois dos três já inscritos, V.Exa. estará inscrito.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Estou requerendo em primeiro lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente.

Com a palavra, então, o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin Filho.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Boa tarde, Srs. Parlamentares, assessorias, imprensa.

É uma satisfação estar novamente aqui para cumprir o disposto na Lei Complementar nº 101, que determina a prestação de contas do Poder Executivo sobre o atingimento das metas fiscais estabelecidas na LOA, no Orçamento anual.

Estão comigo o Subsecretário da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Dr. Jorge, e também o Dr. Cleber, Secretário Adjunto do Tesouro Nacional.

Temos uma exposição que imagino que os Srs. Parlamentares já tenham recebido. Peço desculpas pela minha voz, pois tenho um problema de garganta.

A primeira lâmina apresenta a meta do Governo Central para o ano de 2011. Esta meta para o ano de 2011, ao contrário do que vinha ocorrendo em anos anteriores, é uma meta nominal, ou seja, ela é de 81,76 bilhões. Ela não é uma proporção do PIB; é um valor fixo, uma sistemática melhor e aumenta a nossa capacidade de planejamento.

No sentido de cumpri-la, o Poder Executivo editou dois decretos: o Decreto nº 7.445, de 2011, e o Decreto nº 7.477, de 2011, que estabeleceram um conjunto de contingenciamentos no Orçamento necessários para o cumprimento da meta do ano, de 81 bilhões.

Temos aqui os principais indicadores. Verifica-se também que, entre o primeiro e segundo decreto, não houve alterações significativas, o que mostra que o planejamento, na nossa visão, das receitas e despesas, nesse ano de 2011, está muito em linha com o que desde o início do ano imaginávamos, ou seja, um dos anos em que há menor variação tanto de receitas quanto de despesas em relação ao programado.

A próxima planilha apresenta aquele que é o objetivo principal do nosso trabalho, que é o resultado primário acumulado no primeiro quadrimestre.



No primeiro quadrimestre de 2011, tivemos um resultado primário de 40 bilhões e 700 milhões. Esse resultado, 40,7, é evidentemente bem superior à meta do quadrimestre, que é, nos termos do decreto, de 22 bilhões e 900 milhões. Nós estamos 17 bilhões acima da meta do quadrimestre, o que corresponde a um cumprimento de meta acima do previsto, de 77%, que é um resultado muito positivo, muito importante para que o Brasil continue a ter a melhor política fiscal possível no sentido de evitar um superaquecimento da economia e pressões inflacionárias.

Esse esforço fiscal do início do ano é muito importante para que possamos ter um crescimento econômico em linha com aquilo que é o melhor, do ponto de vista da economia, para não haver pressões inflacionárias. Nós entendemos que foi atingido adequadamente esse objetivo.

A próxima planilha apresenta o que já foi atingido em relação à projeção do ano. Conforme eu referi, o nosso resultado fiscal previsto é de 81,76 bilhões. Desse resultado anual de 81 bilhões, já atingimos aproximadamente a metade no primeiro quadrimestre. A rigor, inclusive, já atingimos a meta do segundo quadrimestre no primeiro quadrimestre. Ou seja, a meta do segundo quadrimestre, que é em torno de 40 bilhões, já foi atingida. Estamos um pouco acima da meta do segundo quadrimestre e bem acima da meta do primeiro.

A próxima planilha mostra algo que entendemos importante, porque o resultado fiscal não deve ser olhado apenas no ponto, ou seja, no momento da fotografia, mas sim qual é o filme, para onde estamos indo.

Particularmente no ano de 2008 e com reflexo em 2009, foi necessária uma série de reestruturações de carreiras do funcionalismo federal. Particularmente em alguns órgãos, como a Polícia Federal, a Receita Federal, a própria Secretaria do Tesouro, o Banco Central, as carreiras jurídicas tiveram reestruturações bem importantes, e isso teve um impacto. À época, dissemos que esse era um impacto pontual, que ele não se reproduziria em anos subsequentes e que, em relação ao PIB, o gasto com pessoal tenderia a cair, e se verifica isso.

Então, nós temos aqui uma demonstração, que mostra que no pico, que foi em 2009, 4,76%, ainda abaixo do que havia de gasto com pessoal em 2001, 2002. Isso vem caindo para 4,53% e, para agora, nos primeiros meses de 2011, para 4,34%. Isso é uma tendência. Portanto, temos aqui a um resultado fiscal importante do ponto de vista de pessoal.

A próxima planilha apresenta os resultados principais da Previdência Social. Por aqui verificamos que o resultado negativo relativo à arrecadação previdenciária contra os benefícios previdenciários, o déficit previdenciário, foi crescendo até 2006, quando chegamos a 1,8% do PIB. De lá para cá, isso vem caindo. Nós tivemos em 2007 uma redução para 1,7% do PIB; em 2008 para 1,2%. Em 2009 nós tivemos o ano da crise, em que houve um pequeno acréscimo, mas, a partir de 2010 e em 2011, isso volta para a tendência de queda. Então, estamos com um resultado, em 2010, de 1,2% do PIB da Previdência e, em 2011, 0,9% de déficit previdenciário. Portanto, é evidente, a própria observação visual dessa linha em verde mostra, que o déficit da Previdência voltou ao seu caminho de queda conforme já vinha ocorrendo desde o ponto mais alto, em 2008, e essa tendência é muito positiva para a estabilidade fiscal no médio prazo.

A próxima planilha apresenta o resultado primário em relação ao PIB e mostra também que, em função da crise econômica e de opções do Governo, em 2009 e em 2010, de reativação mais forte da economia, nós reduzimos o resultado primário. Mas isso está voltando a, no caso de 2011, ao 3,1% a 3,2% tradicional de resultado primário.

A coluna de baixo mostra o resultado nominal. Há também uma tendência de que ele vá, aos poucos, caindo. Ele vinha com uma forte redução até 2008, chegando apenas a um resultado nominativo de 2%, um déficit nominal de 2% do PIB. Em 2009, com a crise, isso se reduz um pouco, mas essa tendência de reduzir volta a ocorrer, de forma que projetamos um resultado nominal, ao longo do tempo, cada vez mais próximo de não haver déficit, de termos um resultado nominal zerado, como nós dizemos.

A próxima planilha apresenta o principal item de investimento, que é o PAC, e mostra o crescimento de pagamento nesse período. Em 2007 para 2008, o resultado quadrimestral — até abril, que é o período que estou expondo para a Comissão —, nós crescemos de 1 bilhão para 2 bilhões de reais. De 2008 para 2009, o PAC do primeiro quadrimestre já foi para 2 bilhões e 500 mil, em 2010 para 5 bilhões e 400 mil e, em 2011, para 7 bilhões e 500 mil. Ou seja, a tendência de crescimento de pagamento do PAC ano a ano vem ocorrendo, e vai continuar a ocorrer.

Nós achamos isso muito importante para o Brasil porque significa que os investimentos públicos estão crescendo, ou seja, nós estamos reduzindo gastos de custeio, gastos como pessoal, como Previdência e aumentando investimentos. Nós achamos isso importante.



Na próxima planilha eu apresento um resultado que eu acho particularmente relevante para efeitos da análise dos Srs. Parlamentares, que é o das transferências para Estados e Municípios. O Governo, em 2009 e 2010, estabeleceu uma série de programas de apoio aos Estados e Municípios por causa da crise, e nós temos a satisfação de dizer que, em 2011, estamos recuperando fortemente essas transferências aos Estados e Municípios.

O FPM, em 2010, no período de janeiro a abril, foi de 12 bilhões e 767 milhões de reais. Em 2011, o repasse do FPM foi de 16 bilhões e 958 milhões de reais, ou seja, 4 bilhões ou 32,8% a mais do que no mesmo período no ano anterior.

Na planilha de cima nós temos a projeção para o ano. Estamos projetando 54 bilhões contra 43 bilhões de reais, ou seja, um crescimento de 26% no ano, que é um crescimento expressivo, portanto, uma melhor condição fiscal para os Municípios.

A próxima planilha apresenta os mesmos números ou números muito semelhantes porque os repasses para Estados e Municípios, FPM E FPE, têm a mesma base, Imposto de Renda e IPI, portanto, têm a mesma tendência. O percentual é de 32,8% nos quatro primeiros meses do ano, também uma projeção de crescimento de 26% para 2011.

Por fim, os resultados da dívida no quadrimestre, e eles estão mais abertos no relatório por escrito que V.Exas. receberam, o relatório propriamente dito, mas os principais números são: o estoque da nossa dívida em 31 de dezembro de 2010 era de 1 trilhão 711 bilhões de reais e, em 30 de abril de 2011, era de 1 trilhão 754 bilhões de reais; houve um crescimento de 2,47% da dívida bruta. Esse crescimento tem a ver com a própria evolução dos encargos da dívida, sendo que a emissão líquida no período foi negativa. Ou seja, a dívida, propriamente dita, lançada é menor do que a dívida que venceu.

A próxima planilha, que é um indicador que nós achamos relevante, importante, mostra o histórico da dívida líquida no Brasil. Nós saímos de uma situação de 54,83% do PIB de dívida líquida, isso em 2003; em 2002 nós já tínhamos um resultado em torno de 60% do PIB e, aos poucos, fomos construindo uma equação bem melhor para o Brasil. De forma que agora, em 2011, já estamos com 39,85%, ou seja, com uma dívida/PIB abaixo de 40%. Esse é um resultado muito importante e mostra uma tendência forte na redução da dívida líquida.

Não por acaso os agentes econômicos vêm reconhecendo isso. Nós tivemos agora uma situação bem peculiar, a que eu refiro aqui apenas para efeitos de demonstração de como o mercado enxerga isso. Na data de ontem tivemos uma situação em que o CDS, que é um certificado, um seguro de que se utiliza o mercado financeiro para dívida de países, de um ano, do Brasil, pela primeira vez na história, esteve abaixo do CDS americano, dos Estados Unidos. Então nós consideramos este um momento importante no sentido de uma demonstração de que esses resultados que estamos apresentando são reconhecidos pelo mercado, e isso se reflete em um Risco Brasil menor. Ele vem caindo sistematicamente e, evidentemente, isso tem a ver com a estratégia de cumprimento de metas fiscais, que felizmente temos conseguido apresentar e colocar para o País.

Eu procurei fazer uma exposição sucinta. Sei que há um interesse de alguns Deputados da Comissão na questão de restos a pagar e estou à disposição. Creio que os Deputados vão, na sequência, procurar esclarecer algum ponto que seja importante. E é com alegria que eu volto aqui para, mais uma vez, informar que estamos conseguindo cumprir as metas fiscais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Secretário. Eu tenho certeza que todo mundo está extremamente satisfeito com a exposição. Nós vamos ver se algum Parlamentar ainda tem alguma dúvida ainda para fazer algum questionamento.

O primeiro a fazer perguntas seria o autor do requerimento, Deputado José Priante, mas, na sua ausência, nós vamos para a lista dos oradores. Antes, porém, eu gostaria de convidar o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, nosso Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que venha compor a Mesa aqui conosco.

Vamos para a lista dos oradores. Faremos blocos de três. O Secretário anotarà e depois responderá. O primeiro da nossa lista é o Deputado Vaz de Lima.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - Qual é o meu tempo, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Três minutos.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - Sr. Secretário, farei uma colocação que diz respeito ao BNDES. Nos últimos anos, o Executivo emprestou ao BNDES mais de 200 bilhões de reais. Essas operações não



passam pelo Orçamento da União e o Legislativo, conseqüentemente, é deixado à margem na definição dos setores prioritários para destinação do recurso. E mais grave: não temos a oportunidade de fiscalizar a lisura e a eficiência desses gastos, bancados pela cifra bilionária de recursos públicos. Além disso, o Banco Central vem manifestando preocupação com o crescimento do crédito no País.

Muitos analistas, inclusive nesta semana, argumentam que, à medida que cresce o crédito direcionado, subsidiado, o aumento da taxa de juro pelo Banco Central precisa ser maior, visto que atinge parte relativamente menor do setor financeiro. Em termos de custos, a conta é assustadora. O Governo emite títulos públicos atrelados à Selic e o BNDES cobra pela TJLP.

Meu questionamento é o seguinte: o senhor acha que esta política de crédito deve continuar? Em sua opinião, ela é saudável para a condução das contas públicas?

Segundo, anunciou-se com ênfase, no final do ano passado, que o Fundo Soberano do Brasil atuaria no mercado cambial sem limites, com estratégia distinta daquela do Banco Central. Da forma como foi concebido o Fundo, haveria de fato amparo legal para atuação nesses moldes? De onde viriam os recursos do Fundo para essas compras, se todo ele já foi utilizado na capitalização da PETROBRAS? Se não existe impedimento legal nem limites financeiros, por que a intervenção do Fundo Soberano ainda não ocorreu? Qual o impacto de o Tesouro diretamente adquirir dólares com seu saldo na Conta Única?

São esses os meus questionamentos, Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Vaz de Lima.

Tinha feito a chamada, mas ele não estava. O autor do nosso requerimento, regimentalmente, não tem três minutos, mas cinco minutos. Concedo então a palavra ao Deputado José Priante, autor do requerimento, para que faça os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** - Em primeiro lugar, peço desculpas pelo atraso, mas nesta Casa parece que tudo se combina no mesmo momento. Em função de tantos compromissos, acabamos nos atropelando, mas nada justifica a minha falta de educação. Deveria ter sido o primeiro a aguardar o nosso convidado. Peço escusas a todos, principalmente ao Dr. Arno Hugo, Secretário do Tesouro.

Farei uma explanação muito breve. Tomei a iniciativa de antecipar a audiência em função do dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz respeito à necessidade de termos um relato do quadrimestre da nossa arrecadação, do superávit primário. Na verdade, esta iniciativa se deveu a um momento que viemos aqui durante uma discussão acalorada com relação ao decreto de prorrogação do prazo dos empenhos de 2007, 2008, 2009, que estava vencendo, salvo engano, no final do mês de abril. E, evidentemente, acompanhando o noticiário, acompanhando o sucesso do Governo, acompanhando todas as boas notícias no que diz respeito ao Erário nacional, temos a informação, inclusive aqui, no próprio relato do primeiro quadrimestre, que a meta do superávit primário girava em torno de 20 bilhões, e, no quadrimestre, na verdade, foram alcançados, graças ao bom Deus que abençoa o nosso País, 40 bilhões. Então, tivemos uma meta duplicada no primeiro quadrimestre. Mas, em contrapartida ao sucesso da arrecadação do Governo, continua o velho dilema dos recursos empenhados e não realizados; a meta do próprio PAC ainda muito tímida, enfim... Esse descompasso entre o que diz respeito aos gastos e o que diz respeito aos investimentos e à arrecadação foi o verdadeiro sentido que nos norteou a fazer esse convite ao Secretário do Tesouro.

Então, em primeiro lugar, quero agradecer a V.Sa. pelo comparecimento, e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Governo pela audiência a esta Comissão. Acho que, dessa forma, nós podemos promover a verdadeira harmonia, preceituada constitucionalmente, entre os Poderes. Entendo que este é um momento muito oportuno para dirimir essas dúvidas, trazer à luz do esclarecimento essas reticências que efetivamente temos no que diz respeito ao momento que vivemos neste primeiro semestre.

Acho oportuno fazer toda essa consideração porque, na verdade, isso diz respeito a um sentimento quase que resumido do Parlamento, de toda esta Comissão: por um lado, o sucesso na arrecadação, especialmente no superávit primário do primeiro quadrimestre, as metas alcançadas em dobro, e, por outro lado, efetivamente, a falta de liberação, o entrave relativo à agenda de investimentos que foi desenhada pelo próprio Congresso Nacional.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer. Evidentemente, no decorrer da audiência, haveremos de voltar a nos manifestar.

Cumprimento, mais uma vez, o nosso Secretário e lhe agradeço o acolhimento do convite — fica claro que fizemos a S.Exa. um convite —, ao fazer estas considerações preliminares.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado José Priante. Indago ao Deputado Claudio Cajado se ainda deseja fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - V.Sa. disse que achava que poderia haver poucas dúvidas. V.Sa. acertou, porque as dúvidas são muitas, principalmente em relação a questões dos restos a pagar de 2007, 2008, 2009 e também de 2010.

Por que de 2010? Porque poucas pessoas estão se apercebendo que o decreto diz claramente "Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente (...)", ou seja, de 2009 em diante, 2010, no caso específico, "(...) terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente." Ou seja, as emendas de Parlamentares de 2010, se não forem empenhadas até o final deste ano, não figurarão como não processadas. Elas têm de ser empenhadas e processadas até 31 de dezembro deste ano, e poucos Parlamentares estão se dando conta dessa situação. Está bem claro no decreto; no art. 68, parágrafo único, fica clara essa determinação.

Isso é gravíssimo. Por que Dr. Arno? Pelo simples motivo que não se pode impor a um único lado as apenações da ineficiência, do atraso ou da burocracia do ente público federal e da Caixa Econômica. E por que só de um lado? Porque quem está sendo penalizado com esse decreto são os Municípios e os Estados.

Eu disse isso, infelizmente, para a Ministra Miriam Belchior. Por que infelizmente? Porque nada do que foi dito aqui foi levado em consideração no que diz respeito ao decreto. O decreto não foi prorrogado em relação a 2007 e 2008, e os 60 dias que foram dados para 2009 é o mesmo que nada, porque quem não tinha licitação devido ao atraso da liberação por parte da Caixa Econômica Federal. Como é que se vai fazer a licitação, publicar o edital, esperar os prazos, assinar o contrato, esperar a Caixa homologar e autorizar o início das obras, e conseguir fazer a medição? Impossível! E serão penalizados apenas Estados e Municípios que estão nessa situação. Por quê? Porque a Caixa Econômica Federal não tem prazo para responder a diligências; não tem prazo para analisar os projetos. Se a Caixa não tem prazo, como é que se impõe prazo ao conveniente ou ao contratado, no caso, Estados e Municípios? Isso é um absurdo! É um absurdo! E eu não entendo por quê.

E aí vêm minhas perguntas, Dr. Arno. Se for para cancelar, eu quero saber, objetivamente, quanto há de restos a pagar. Primeira pergunta: qual o montante de restos a pagar de 2007, 2008 e 2009? Quanto há de emenda a ser paga em 2010? Qual o montante total de recursos de restos a pagar não processados, e qual o montante total de recursos cancelados em 2007 e 2008? Esses dados V.Sa. já os tem. Qual foi o total de recursos cancelados, e qual o total de recursos passíveis de serem cancelados, relativos a 2009? Ponto.

Eu pergunto aqui, em relação a essa questão: quem é o responsável pelos atrasos dos projetos? Quem é o responsável? Se houve cancelamento de recursos em 2007 e 2008, quem V.Sa. responsabiliza pelo cancelamento? Estados? Municípios? Caixa? Governo Federal? Ministério? Vale lembrar que, no ano passado, a Caixa ficou quase dois meses em greve. Não é verdade, Deputado Márcio Reinaldo, meu nobre e ilustre Relator? Quase dois meses em greve! E os projetos dos anos de 2007, 2008 e 2009 todos parados.

Mais um fato. Eu quero me reportar, mais uma vez, Dr. Arno, à questão de 2010. Quer dizer, quero ouvir de V.Exa. se os recursos oriundos de 2010 que não forem empenhados e processados até 31 de dezembro serão cancelados.

Por fim, o Deputado Priante falou e eu quero aqui reafirmar: o senhor confirma que já houve um aumento nominal da arrecadação, valores nominais, que chegou a cerca de 48 bilhões. Se isso se efetivar, nós já atingimos mais da metade da meta prevista para este ano. V.Sa. confirma também isso?

Estou objetivando essas perguntas, Dr. Arno, não pense que é de forma muito direta; é porque as respostas é que ensejarão novas réplicas. Então, eu aguardo as respostas de V.Sa.

Agradeço ao Presidente em exercício da Comissão, o nobre Deputado Gilmar Machado, a tolerância e a paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado.

Como tínhamos combinado, vencidos os três, indago se mais algum Sr. Parlamentar deseja fazer questionamentos. Se não, vou conceder a palavra ao nosso Relator. Depois, o nosso Secretário faz suas considerações, nós concedemos a réplica e tréplica — logicamente, vamos assegurar, regimentalmente, a réplica e a tréplica —, e, em seguida, vamos encerrar.

Pergunto se mais algum Parlamentar deseja se inscrever para fazer perguntas ao Secretário. (Pausa.) Então, concederei a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira, e, depois, ao nosso Secretário para suas explicações e conclusões.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Obrigado, Sr. Presidente.



Antes de mais nada, quero saudar o Secretário do Tesouro, Arno Hugo Augustin Filho, e lhe agradecer a presença.

Em primeiro lugar, Sr. Secretário do Tesouro, eu até já pedi à minha secretaria que ligue para o gabinete de V.Sa. e sugira uma audiência, ou um debate conosco, que estamos relatando a LDO, junto com a Consultoria de Orçamento desta Casa e a do Senado. Por quê? Porque eu acredito que, neste ano, vamos envolver muito dos capítulos dos restos a pagar nos capítulos da movimentação da Caixa, com métodos simplificados que foram propostos em emendas, e pela própria Caixa Econômica Federal durante debates, que eu acho que ganhou uma força muito grande junto aos nossos Parlamentares. São mais de 3 mil emendas, e muita coisa hoje está batendo no Tesouro Nacional, exatamente porque o Tesouro é que paga, o Tesouro é que libera. Nós às vezes colocamos a culpa na Caixa Econômica.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que hoje fui acionado por um grupo de Prefeitos de Minas Gerais e pedi a eles que fossem ao Ministério da Educação, depois de uma audiência que nós tivemos com representantes do MEC sobre o início de um programa de escolas técnicas. Já está aprovado, Deputado Gilmar. Mais de 15 escolas técnicas vão ser construídas em Minas Gerais, e a cada uma vão ser destinados mais de 4 milhões de reais. E o Ministro deu ordem, numa reunião com os Srs. Prefeitos, recentemente, para que começasse imediatamente. E hoje eu fui lá ver o que aconteceu. A informação é de que o assunto ainda está no FNDE; e o FNDE disse que não tem dinheiro para pagar, que está esperando o Tesouro liberar; que, naturalmente, está aguardando uma audiência entre o Ministro Mantega e a Presidente, para autorizar e pagar. Então, vejam que o negócio está retido.

Fica para nós que gostamos deste tema ou que estamos vivendo esse tema do superávit primário até uma explicação sobre um saldo tão violento quanto esse. Na verdade, não estamos executando praticamente nenhuma despesa. E, além de não estarmos executando nenhuma despesa, não estamos pagando também os compromissos que o Governo celebrou com Prefeitos, Governadores e até com fornecedores. Essa é a grande questão! E há muita gente quebrando por aí. Muita empresa que prestou serviço já quebrou. Então, vão ter que arrumar outra para concluir o serviço.

Esse é um passivo muito grande que nós temos. E fica, de fato, caracterizada uma situação de superávit, que nós temos que buscar, mas não a ponto de matar a galinha dos ovos de ouro. Não adianta os Deputados fazerem emendas e, ao final, não terem como pagar.

Eu apresento a V.Sa., Sr. Secretário do Tesouro, um assunto que está mexendo muito com esta Casa e que diz respeito às LDO: dentro do projeto orçamentário, dentro da reserva de contingência, usa-se recursos equivalente a 1% para que as emendas individuais dos Parlamentares sejam cobertas. Portanto, a receita já foi definida, há recursos, mas essas emendas não são pagas. E, não sendo pagas, a execução vai sendo adiada, e os recursos que foram apropriados pelo Congresso para essas emendas vão para pagamento de juros ou outras despesas que não estão à nossa altura. E nós somos cobrados, a todo momento, por esse quadro caótico. Hoje, os Prefeitos não querem nem ouvir falar em emenda via Caixa Econômica, em emenda de Parlamentar, porque já estão achando que nós estamos fazendo isso por molecagem ou só por interesse político, quando eu tenho certeza de que não é isso. A filosofia não é essa. Desde a elaboração do primeiro orçamento, depois da Constituinte, têm-se destinado recursos para Municípios e Estados, e de certa maneira há altos e baixos, há situações em que os Governos suspendem os pagamentos, mas nunca vivemos uma fase tão dura como esta, dos últimos 4 anos do Governo Lula. Praticamente não se pagou nada.

Então, é uma situação muito difícil. E eu acho que nós temos que buscar um caminho. Faço essa colocação e peço a opinião de V.Sa. e o convido para, nesta semana ou na próxima, discutir aqui alguns temas ligados ao Tesouro Nacional, a fluxo de caixa e Restos a Pagar. Naturalmente, para tudo isso deverá haver propostas e emendas, para inserção na LDO de medidas nesta direção.

Acho que essa colocação é muito importante neste momento.

Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Passo imediatamente a palavra ao Secretário Arno Augustin, para as respostas. Logicamente, depois franquearei a palavra, para réplicas, àqueles Parlamentares que não se sentiram contemplados com as respostas.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Vou tentar responder, para dar o melhor formato possível, na ordem cronológica. Acho que fica melhor.



Vou iniciar pela pergunta do Deputado Vaz de Lima, sobre a questão do BNDES. Eu entendo que uma das coisas mais importantes para o Brasil é poder crescer sem pressão inflacionária. E é por isso que o Governo entende que talvez um de seus programas mais estratégicos, mais fundamentais para o País seja o PSI — Programa de Sustentação do Investimento, feito pelo BNDES, para o qual temos feito repasses do Tesouro Nacional.

O que esse programa faz, Deputado? Esse programa permite que os bens de capital, ou seja, que o investimento no Brasil, das empresas privadas, cresça. Se não tivermos condição de ver a nossa indústria, de ver a nossa agricultura, de ver o nosso setor de serviços com capacidade instalada na frente da demanda, quando crescer, o Brasil vai ter pressão inflacionária. Então, o que estamos fazendo? O que significa esse programa de repasse ao BNDES? Significa aumentar os bens de capital, significa aumentar o investimento. Se a indústria tem capacidade instalada, quando a demanda cresce, não causa isso pressão inflacionária.

Portanto, a opinião da Secretaria do Tesouro Nacional sobre essa matéria é de que a SELIC, ou seja, a nossa taxa de juros básica, cresce muito menos, porque temos um programa forte de investimento, do que ela cresceria, se não tivéssemos essa condição. Por que ela cresce menos? Porque, quando há crescimento de demanda — e o Brasil felizmente tem tido isso, até pela melhoria da sua distribuição de renda, das condições do País —, havendo um forte crescimento do investimento, isso não significa pressão inflacionária; portanto, não significa necessidade tão grande de elevação da SELIC.

Fiscalmente, a nossa opinião é a de que esse empréstimo ao BNDES é rentável nesse sentido, ou seja, ele impede um crescimento mais forte da SELIC. Ele é fundamental, portanto, para a nossa estabilidade fiscal. Essa é a nossa concepção. Respeitamos quem nos critica, mas estamos convencidos de que essa é uma das coisas mais importantes para o futuro do País.

A pressão inflacionária gerada por um investimento no curto prazo existe — é verdadeiro —, mas ela é de curto prazo. No médio e longo prazos, quanto mais crescermos e tivermos capacidade instalada, mais estaremos impedindo pressões inflacionárias. Então, essa é a razão dos aportes ao BNDES. Achamos eles importantes, achamos que eles melhoram a condição fiscal do País, porque implicam menos SELIC. Essa é a nossa estratégia.

Sempre lembrando que, em 2009, houve uma queda dos bens de capital, uma queda dos investimentos no Brasil, em função da crise internacional. Rapidamente isso foi recomposto. Felizmente, tivemos em 2010 um crescimento forte; em 2011, um crescimento forte, um retorno do crescimento dos bens de capital e do investimento, o que permitiu que o Brasil saísse rapidamente da crise.

Então, é uma estratégia nossa, com este objetivo. Respeitamos opiniões contrárias, mas essa é a nossa visão.

O aporte para o BNDES está previsto. Os Srs. Deputados votam, os Srs. Senadores votam. Tudo é previsto legalmente.

O Fundo Soberano tem por objetivo, Deputado, que possamos ter um mercado, no caso do câmbio, que não se valorize de forma excessiva e que não haja excessiva volatilidade.

O Deputado se referiu à questão de que a estratégia do Fundo Soberano é distinta. É verdade, mas não é que seja distinta: a própria ação do Fundo Soberano, quando e se ocorrer, vai ser via Banco Central — o Banco Central vai atuar conjuntamente com o Tesouro. Mas a ideia é a de retirar a excessiva previsibilidade que o mercado tem hoje sobre câmbio. Antes do Fundo Soberano, o mercado tinha excessiva previsibilidade sobre câmbio. Então, ao se colocar outro agente, cria-se outra condição, que faz com que a moeda não se valorize demasiadamente. Essa é a nossa estratégia.

Achamos que é muito ruim para o Brasil não ter condições de impedir a excessiva valorização do real, porque os nossos exportadores sofrem com isso, porque há uma guerra cambial no mundo — um conjunto de países tenta fazer sua moeda desvalorizar para exportar mais para outros —, e o Brasil precisa agir. Vamos manter o câmbio flutuante, porque achamos que é correto, mas precisamos ter uma política no sentido de evitar a valorização excessiva.

Adotamos várias medidas para isso. Uma delas é o Fundo Soberano. Não usamos o Fundo Soberano até hoje porque não achamos que fosse a melhor política, mas a existência dessa arma — esta é a nossa avaliação — já tem um efeito sobre o mercado. O fato de o mercado saber que a qualquer momento podemos agir de maneira a surpreendê-lo ajuda, na nossa opinião, a impedir que o câmbio tenha valorização excessiva.

Às questões que o Deputado José Priante e o Deputado Claudio Cajado trouxeram, sobre Restos a Pagar, vou tentar responder conjuntamente, porque entendo que tratam da mesma matéria.



Primeiro, a norma da contabilidade é a de que o empenho de um ano vale até o final do ano subsequente. Então, esse decreto que o Deputado citou é a norma da contabilidade. Ela vale para a União, ela vale em geral para Estados e Municípios. É o período normal. Todos os anos, o que tem sido feito pelo Governo Federal? A prorrogação desse período. Esse período de 1 ano é o período normal de vigência de um empenho. A Lei nº 4.320 leva a isso, e o decreto que o Deputado citou é perene, permanente.

O que temos feito todos os anos? Temos avaliado a conveniência ou não de prorrogar isso. Então, esses empenhos de 2010, assim como os de 2011, têm esse prazo de vigência de 1 ano, naturalmente. Eles poderão ou não ser prorrogados. Essa é uma avaliação feita a cada momento, no final do exercício.

O que procuramos fazer no Decreto nº 7.466, de abril deste ano, que disciplinou a matéria e que entendemos disciplinou de forma adequada e correta? Separamos obras em andamento de obras e serviços que não tiveram nenhuma ação desde o seu empenho. Então, algo que foi empenhado em 2007, em 2008 e que até abril deste ano não tinha nenhuma medição, quer dizer, não tinha obra, entendemos que poderia e deveria ser cancelado. A questão dos convênios com Estados e Municípios nós preservamos, dando o prazo, no caso dos empenhos de 2009, de mais 2 meses, para alguma medição, algum início de obra.

Perguntei, numa das discussões que tivemos com os Prefeitos, qual era o prazo de vigência dos Restos a Pagar das Prefeituras ou dos Governos Estaduais. Se perguntarem isso a um Prefeito ou a um Governador, tenho certeza de que eles vão responder que é de 1 ano. Esse é o prazo normal.

Então, a existência de um prazo para empenho é algo absolutamente necessário. Não podemos empenhar uma obra num período — seria até um desrespeito à Lei Orçamentária Anual — e fazê-la 5, 6, 7 anos depois. Ou melhor, desculpem-me: tê-la empenhada e fazê-la tanto tempo depois. Não é possível isso. Foge completamente, aliás, da ideia de programação, de fluxo etc. É preciso haver um prazo.

O que fizemos? Estabelecemos o conceito de que, no período entre abril de 2011 e agora, junho de 2011, as obras têm de ter sido iniciadas de alguma forma, tem de ter havido uma medição, entrega de serviços, etc. Acharmos que esse critério ajuda muito na previsibilidade e, particularmente, em algo que, tenho certeza, é desejo de todos, dos Prefeitos, dos Parlamentares: que as obras sejam pagas. Ou seja, que não haja o problema de uma grande quantidade de coisas empenhadas que não andaram e não são pagas. Temos de regrar isso, dar uma racionalidade para isso, e esse é o esforço do Governo.

Quero dizer que a Presidenta informou na Marcha dos Prefeitos que estamos fazendo uma política de reduzir os prazos da Caixa. Estamos discutindo isso e vamos fazer uma política para que haja processos mais rápidos, porque uma perda de credibilidade ou algo assim não interessa a ninguém, não interessa ao Governo. Estamos trabalhando duro nisso, ou seja, regrar os restos a pagar.

Chamo a atenção: os da União foram cancelados junto. Não são só convênios dos Estados e Municípios. Os restos a pagar da União foram cancelados no final de abril de 2011. Não são de convênio. Foram cancelados. Se a União nesse tempo todo não iniciou a obra, esse empenho tem de ser cancelado.

A estimativa, Deputado Claudio Cajado, do que será cancelado é algo em torno de 10 bilhões, de 2007, 2008 e 2009. Essa é a nossa estimativa. Não temos o número final porque ainda está no prazo de 2009. Mas a nossa estimativa é algo em torno disso, algo em torno de 10 bilhões é o cancelamento que deverá ocorrer. Como não encerrou o prazo de 2009, é uma estimativa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - De 2007 e 2008 já fechou?

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Já fechou, mas ainda estamos computando exatamente o quanto foi cancelado. A estimativa dos 3 anos é algo em torno de 10 bilhões. O Deputado perguntou especificamente isso, e gostaria de responder.

A receita de 2011, Deputado, está em linha, de forma talvez mais precisa em relação ao nosso decreto. Não há receita acima do que previa o decreto. Vou dar alguns números que demonstram isso.

A receita prevista, nos quatro primeiros meses de 2011, no Decreto 7.445, em vigor, é de 211 bilhões. Receita total, todas as receitas administradas pela Receita Federal. São 211 bilhões, 207. Foram realizados 210 bilhões, 675. Portanto, a diferença entre o decreto e o que foi realizado é de apenas 500 milhões, ou seja, uma diferença bem pequena. Um pouquinho abaixo, então. Estamos praticamente em linha com o decreto, razão pela qual, na reprogramação que fizemos em maio, não mudamos nada. Houve pequenas mudanças de adequações, mas o decreto é praticamente idêntico ao anterior. Ou seja, a receita está se comportando em linha com o decreto do Executivo.

Em relação à Lei Orçamentária, isto está nessa planilha que distribuí aos senhores, a previsão do decreto de receita total é de 730 bilhões. A previsão da Lei Orçamentária é de 750. A previsão de 730, que se





expressa, nesses quatro meses, em 211 bilhões de realização, é 20 bilhões abaixo da que foi estimada pelo Poder Legislativo. Digo isso para deixar claro que as razões que nos levaram ao contingenciamento permanecem. Ou seja, fizemos um contingenciamento, previmos um decreto de 730 e é isso o que está acontecendo. Está acontecendo quase exatamente o que programamos. Portanto, programamos adequadamente no nosso modo de ver e não há espaço adicional.

Quero chamar a atenção, porque nós, propositadamente, antecipamos o primário do ano, ou seja, fizemos o primário nos primeiros meses do ano porque era quando a economia precisava. Não poderíamos deixar ter pressão inflacionária e lá na frente fazer o primário. Não. Era preciso fazê-lo no final do ano passado e no início deste ano. E foi o que fizemos.

Aliás, a inflação felizmente está se comportando de uma forma de tendência de queda, temos 6 semanas seguidas em que o próprio mercado já reconhece uma tendência de queda. Portanto, entendemos que está surtindo efeito a estratégia do Governo, incluindo o primário ser feito fortemente no início do ano. Foi o que procuramos fazer.

Deputado Márcio Reinaldo, estamos à disposição. Apenas gostaria sempre de fazê-lo junto com a nossa Secretária de Orçamento e Finanças — SOF, que é quem, pelo Governo, trata da matéria. Mas eu estou à disposição.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Eu sei.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - A SOF está presente.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Tem estado presente, e estou à disposição para, junto com a SOF, vir aqui conversar com o Relator, com a assessoria.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Pediria a V.Sa., então, que programasse, talvez na próxima semana, no início, uma audiência.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Perfeito. Estou à disposição, junto com a Secretaria de Orçamento e Finanças, para conversarmos sobre a matéria e vermos qual é a melhor equação. Chamo a atenção, Deputado: estamos procurando uma boa equação.

A existência desse decreto que regulamenta claramente que obra iniciada mantém empenho, no médio prazo, tenho certeza de que será muito reconhecida pelos Prefeitos, pelos Governadores, pelos Deputados e Senadores, porque é uma regra que estabelece um normativo. Os Prefeitos já sabem que, se não iniciarem a obra num determinado período, ela vai ser cancelada.

Bom, há responsabilidade eventual? Gostaria de responder a essa pergunta. Não tenho dúvida de que, quando há um prazo muito longo, há responsabilidade de todos os agentes. Não acho que a responsabilidade seja dos Prefeitos, dos Governadores, da Caixa, do Tesouro ou da SOF. Não. A responsabilidade é do conjunto desses atores, mas, mais do que isso, Deputado, é uma consequência de algo que é até positivo: o Brasil está aumentando muito o investimento público. Então, é normal, dado que historicamente não havia um investimento público tão alto, que demore mais. A própria Caixa hoje tem um número de processos muito grande do PAC, além daqueles decorrentes da participação e da definição do Legislativo. Os Prefeitos e os Governadores também.

Quando me reunia com os Prefeitos para avaliar essa situação, eles diziam que estávamos com um volume de obras no Brasil muito grande e, por esse motivo, o Governo deveria considerar que o atraso... Nós achamos isso. Até um certo período, é normal, mas, além disso, achamos que é preciso ter uma normatização.

Então, esse é o nosso espírito, Deputado. Estou à disposição, junto com a SOF, para conversar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Feitos os esclarecimentos, vou conceder a réplica, regimentalmente, por 1 minuto, àqueles que entendem que ainda há necessidade.

Deputado Vaz de Lima.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - Uma consideração inicial. No meu ponto de vista, o que está havendo de crescimento do superávit na verdade é um calote. É o nome que dou. Não está pagando conta. Então, é claro que desse jeito fica fácil. Deixou de pagar. Eu devo, não nego, mas não vou pagar. Queria fazer essa primeira consideração.

Em relação ao Fundo Soberano, Secretário, não foi utilizado, V.Sa. disse e é verdadeiro, só que há uma medida provisória, aquela do pré-sal, que autorizou a utilização dele para capitalizar a PETROBRAS. Não foi utilizado ainda, mas há autorização.



Quando ao BNDES, queria fazer a seguinte colocação. V.Sa. está defendendo veementemente que o Tesouro continue a capitalizar o BNDES, para que ele possa continuar capitalizando as empresas, o que certamente vai gerar pressão por demanda. Ocorre que o Banco Central, do mesmo Governo que V.Sa. atende, no último relatório de inflação, do mês passado, fala explicitamente da necessidade de rever, de repensar essa prática.

Queria que V.Sa. fizesse algum tipo de esclarecimento relativamente ao pensamento defendido pela Secretaria do Tesouro e ao pensamento defendido pelo Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado.

Pergunto ao Deputado José Priante se gostaria de fazer réplica.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** - Na verdade, não é uma réplica. Uma das considerações feitas pelo nosso Secretário é a de que a arrecadação está na direção que está desenhada no Orçamento. Não é? Custo a entender, com uma arrecadação alcançando patamar extremamente interessante, superando a perspectiva do superávit primário do primeiro quadrimestre, um contingenciamento no Orçamento de 50 bilhões de reais. É uma coisa que, no meu entendimento, tem uma certa contradição. Entendo que esse questionamento precisa e merece um certo esclarecimento. Gostaríamos de entender e compreender — esta é uma Casa política e eu faço parte da base do Governo — qual é a estratégia do Governo com relação a esse processo de arrecadação e investimento. Isso é o que gostaríamos de entender. Não consigo entender de maneira mais geral uma matemática dessa ordem. Não é de fácil justificativa para o meu entendimento.

Quero festejar com o Tesouro o sucesso, é sinal de que o Governo está no caminho certo, mas confesso minha dificuldade no que diz respeito a alguns detalhes, inclusive esse sobre o qual acabo de fazer a minha consideração.

No mais, deixo aberto para os colegas efetivamente fazerem suas intervenções no que diz respeito às suas dúvidas, mas grifo de maneira muito evidente esse ponto que para mim é fundamental e estratégico, até mesmo porque daqui a poucos dias deveremos nos debruçar sobre um novo Orçamento.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias recebeu um conjunto de mais de 3 mil emendas. Isso é o retrato da expectativa do Congresso Nacional no que diz respeito à formulação do Orçamento, a todo o processo de elaboração, à expectativa de ver os investimentos fluindo. Enfim, questionamentos como os que faço nesta hora são extremamente pertinentes para que possamos ter uma avaliação mais cristalina no que diz respeito a todo esse processo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado José Priante.

Pergunto ao Deputado Cajado se deseja pronunciar-se.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Muito obrigado. Primeiro, queria agradecer ao Dr. Arno a franqueza e a honestidade intelectual ao responder objetivamente às minhas perguntas.

Falei em quarenta e poucos bilhões em relação a comparativo de 2010. V.Sa. situou-se em relação ao Orçamento, ao decreto, em 2011. Estou falando comparativamente a 2010. Não houve cortes de emendas, não está havendo esses cancelamentos de restos a pagar e não houve sequer veto a emenda individual, outro problema grave. Nunca antes na história deste País vetou-se emenda individual. E houve um veto de emendas parlamentares individuais neste Governo, da Presidente Dilma. Em relação a 2010, houve esse excesso brutal de mais de 40 bilhões de reais de arrecadação e há espaço para que as emendas parlamentares sejam pagas.

O pensamento de V.Sa. é que o exercício, pela teoria didática contábil, etc., tem que ser anual. Concordamos. Mas e em relação ao superávit? Por que pode ser utilizado o superávit de um ano para o exercício futuro? Não está havendo essa dinâmica de admitir o superávit por excesso de um ano para o subsequente? Na LDO foi incluído isso. Está sendo repetida agora a mesma situação. Quer dizer, a dinâmica a ser utilizada é geral, o superávit adicional para o exercício futuro. Como é que não se pode fazer isso com as emendas e os restos a pagar? Se a doutrina da contabilidade é uma para a despesa, tem de ser também para a receita. A LDO é clara. Nós, pelo contrário, vamos lutar para tirar isso. Achamos isso uma inconstitucionalidade. Espero que o Relator fique sensível a este apelo, para que tenhamos um Orçamento.

O que digo, e aí, Dr. Arno, vou em cima da sua honestidade intelectual, é que, se culpados existem, são todos, até pela dilação do prazo, mas só se punem Estados e Municípios. O Decreto só pune Estados e Municípios, não pune a Caixa, não pune o Governo Federal, só pune aqueles que fizeram o convênio ou o contrato, Estados e Municípios. Não é justo. Esse decreto não é justo. O prazo teria de ser maior, até porque, se se quer limpar os restos a pagar para executar o Orçamento presente... É meritória essa tese, essa postura, e



acredito até na intenção da Presidente Dilma de dar uma limpada, para que no seu Governo se execute efetivamente o Orçamento na sua realidade e inteireza. É uma postura digna, mas tinha de dar tempo maior para que Prefeitos e Governadores pudessem executar as obras efetivamente iniciadas. Quando V.Sa. diz que em 3 anos não se justifica uma obra não ter sido iniciada, se a responsabilidade fosse exclusiva do Prefeito ou do Governador, tudo bem, mas não é.

Vou dar um exemplo a V.Sa. Minha querida cidade de Dias d'Ávila, da qual minha esposa é Prefeita, tem obra que está 70% executada e ficou nove meses sem pagar um centavo. Quanto aos outros contratos que foram sendo licitados e ganhos, as empresas diziam: "Só começo com o dinheiro em conta". E o dinheiro foi para a conta? Não foi.

Então, se o dinheiro não foi para a conta, como as empresas poderiam bancar o Governo Federal? O que estava acontecendo era isso, um empréstimo não contratado. As empresas poderem colocar as obras, manter a estrutura, sem recebimento e sem garantia de recebimento.

Se V.Sa. me pergunta se concordo com esse sistema, eu digo que não. Mas era o que era. E não era só no Governo do Presidente Lula. No Governo do Fernando Henrique também. Esse era o *modus operandi*, ocorreu e ocorre na administração, quiçá V.Sas. possam mudar, teremos apoio. Digo da injustiça do decreto pelo prazo. Não é justo, repito. Infelizmente, tanto a Presidente Dilma quanto a Ministra Miriam Belchior, que participou de audiência aqui, por um convite formulado por mim, não levaram em consideração os argumentos parlamentares. Infelizmente, teremos inúmeras obras importantíssimas País afora que não se iniciarão, depois de documentos apresentados, projetos analisados, licitações plenamente aptas a serem lançadas e iniciadas as obras em período maior.

Minhas colocações são nesse sentido. Como réplica, deixo esta questão: não vale para o restos a pagar essa anualidade. E em relação ao superávit? Pediria a V.Sa. que respondesse.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Vou conceder a palavra ao Deputado Márcio para a sua réplica. Eu tinha pedido a inscrição, mas vou conceder depois 2 minutos para o Deputado Nilton Capixaba e para o Deputado João Barcelar, para que possamos encerrar nossa reunião. Vamos terminar as réplicas, e depois abrimos a palavra. Pode ser?

Deputado Márcio Reinaldo.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Obrigado, Presidente Gilmar.

Dr. Arno, V.Sa. falou bem sobre esses restos a pagar de um ano. Mas veja V.Sa. como o processo é nefasto para o Prefeito. Das emendas de 2010 que foram empenhadas, deve ter sido menos da metade do valor das emendas dos Parlamentares, empenhadas no dia 31 de dezembro do ano passado, até hoje a Caixa, o Ministério ou quem for não autorizou que os Prefeitos entregassem pelo menos os documentos, e muito menos que iniciassem a licitação. Olhem bem, nós estamos jogando um ano fora, e só vai ser autorizado lá para o mês de novembro, dezembro ou janeiro do ano que vem.

Essa é a realidade que se vive. Tem problema na Caixa, tem problema de acompanhamento, de fiscalização ou supervisão, tem tudo. Mas, como diz o colega Cajado, acho que a culpa está caindo nas costas do Prefeito, principalmente. Quando é Governador, este tem mais armas para se defender.

Agora, de fato, é um quadro preocupante. Na maioria das vezes, a Prefeitura chega a um certo ponto e há um problema de guia de Previdência e perde-se tudo. Então, nós temos ene problemas para serem resolvidos nesse particular.

A Caixa tem apanhado muito. Eu tenho participado de muitas audiências. Realmente, eles já viram problemas que eles mesmos pagam. Mas, acontece, quando a coisa está ruim... Hoje, com o CONV no meio, o Parlamentar praticamente fica fora do diálogo. Fica o diálogo entre a Prefeitura e o Ministério ou a Caixa. Quando falta o dinheiro lá na conta da Caixa e o Ministério não libera, eles dizem assim: "Vá atrás do seu Deputado para pressionar lá em Brasília, senão o dinheiro não chega". Eu questionei a direção da Caixa: "Bolas, vocês não são signatários, responsáveis pelas ações em nome da União? Vocês é que tinham que resolver isso". Quem tinha que ir atrás do Tesouro, do Ministério da Fazenda ou seja lá o que for era a própria Caixa. Não é o Superintendente Regional mandar que se pressione o Deputado, que está excluído do processo a partir de um certo momento.

Mas esse é um quadro de gestão muito crítico, que, de certa maneira, chegou à exaustão, chegou ao final. Temos que construir um modelo novo, e daí, por exemplo, grande parte da expectativa deste Congresso de colocar mais de 3 mil emendas, das quais muitas são para simplificar o modelo, para achar caminhos em que



realmente haja corresponsabilidades, seja da CGU, seja do TCU, seja do IBAMA, seja lá de quem for. Seja da Caixa Econômica, seja do Deputado, seja do Tesouro Nacional ou do Ministro da Fazenda. Acho que vamos ter que buscar uma fórmula com a qual realmente haja pelo menos essa sensação. Se não for assim, esse relatório muito dificilmente vai ser aprovado.

Então, eu coloco para V.Sa. essa posição, porque, em contra-argumento desse problema dos restos a pagar de um ano, nós temos esse cenário, que é verdadeiro, pode-se chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Márcio.

Vou conceder a palavra por 2 minutos ao Deputado Nilton, para que possa também fazer as suas considerações. Depois, ao Deputado Bacelar. E depois V.Sa. responde, faz a tréplica e, ao mesmo tempo, faz as suas considerações finais.

**O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA** - Sr. Presidente, Sr. Deputado Márcio, Relator, Secretário, colegas Deputados, eu vejo assim essa situação: nos programas do Governo, programas sociais, do PAC, que é de interesse do Governo, a coisa está só aumentando, só aumentando. Agora, quando é interesse deste Parlamento, a coisa só está diminuindo. É uma desproporção que não consigo entender. E sou da base do Governo, voto com o Governo. Se eu fosse da Oposição, diriam: "O Nilton está dizendo isso porque é da Oposição". Eu nunca tinha visto isso antes. Estou no terceiro mandato.

Então, eu vejo assim: hoje, no meu Estado, Rondônia, há vários viadutos sem terminar. Passou no *Fantástico*. Lá, há obras de saneamento — que é do PAC — e de água paradas. Essas obras estão todas paralisadas. E aí vem a situação da Caixa. As Prefeituras licitaram equipamento agrícola, e o pagamento até hoje não saiu, como o Márcio disse há pouco.

O que está acontecendo? As empresas estão indo lá buscar o maquinário de volta, desmoralizando o Prefeito. Alguns dizem: "Ah, porque não foi licitado, a obra não aconteceu". E a que aconteceu e não foi paga até hoje, igual o Cajado disse agora mesmo da Prefeita que é a esposa dele? Há medição do ano passado que não foi paga até hoje. Medição pronta na Caixa. Estamos no meio do ano. Agora, imaginem um dono de empresa, qualquer um, no Brasil todo, que está há um ano sem receber. Como está a situação dele hoje? Acabou.

O sistema está errado, vamos ter que mudar o sistema, Márcio. Tem que mudar. Empenhar com o dinheiro junto. O dinheiro tem que estar junto. Não adianta, porque o Prefeito hoje não tem nem credibilidade para fazer uma licitação: "De onde é essa licitação?" "Ah, é da Caixa Econômica." Não aparece mais empresa. Acabou. As empresas estão quebrando, todas. Então, não adianta.

E outra: isso tudo é um comando. Eu sei que é importante o Secretário vir aqui e fazer um esclarecimento. Nós ficamos agradecidos por ter V.Sa. aqui. Mas isso é um comando. É a Presidente que tem que comandar: "É para fazer. Faz". Agora, se não há comando, não vai fazer, porque ele não tem como fazer se não há o comando de cima, porque ele tem um superior a ele. Trouxemos a pessoa da Caixa aqui. E o que a Caixa fez? Resolveu? Não resolveu, porque há um superior a ele. E todos que trouxemos aqui têm um superior, que é a Presidente. Então, isso sai lá de cima. Se não sair, você não vai conseguir pagar, não vai conseguir fazer nada. Você não tem como fazer por você.

Eu vejo assim, Márcio. Isso é o sistema. Tem que mudar o sistema. Eu estou junto. Acho que nunca tivemos uma situação tão delicada como a que estamos passando no Congresso Nacional neste momento. Há muita gente esperando de nós algum resultado e até agora, estamos com 6 meses, não conseguimos um resultado. A única coisa que conseguimos foi votar um Código Florestal, e ainda está uma confusão grande ainda.

Precisamos levar algum resultado para quem nos colocou aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Bacelar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queira aproveitar, Dr. Augustin, para corroborar o que os colegas disseram e dar alguns exemplos práticos que temos visto nos nossos Municípios.

Esse exemplo que o Deputado Nilton deu aqui do recurso da Caixa Econômica parece hilário, mas um dia eu peguei um voo de Belém para Salvador e esse voo parou no Estado de Pernambuco. Pegando um jornal de Pernambuco, vi um aviso de licitação de uma Prefeitura do Estado. Dizia com letras garrafais: "Recursos da Caixa Econômica Federal". Aquilo ficou gravado na minha memória. Quando cheguei a Salvador, liguei para o Prefeito, identifiquei-me e perguntei a ele o que significava aquilo. Ele disse: "Olhe, Deputado, é porque nós estamos tão desacreditados, as empresas aqui em Pernambuco estão tão desacreditadas, que eu coloco nos



editais de licitação 'Recursos da Caixa Econômica' para o empreiteiro ou empresário que vier participar no meu Município saber do sofrimento que é a liberação do recurso. Aqui, ficam 1 ano, 2 anos, 3 anos sem receber dinheiro". E aquilo me doeu, Secretário, até porque, infelizmente, é uma realidade.

Deputado Cajado, V.Exa. falou em relação ao Município de Dias d'Ávila. Na semana passada, eu estive na Caixa Econômica em Feira de Santana, em virtude do decreto no final do mês, fazendo um levantamento de todos os meus Municípios, para saber quais eram os que entrariam e os que não entrariam no decreto. E, por incrível que pareça, Secretário, o Superintendente da Caixa de Feira de Santana, uma Superintendência grande, que abrange a maioria dos Municípios do Estado da Bahia, disse-me que há Municípios, como o próprio Feira de Santana, que têm obras 100% executadas há 2 anos e nunca receberam 1 centavo. Um centavo.

Dois anos. Então, isso me deixa resignado. Até porque, como engenheiro, do setor de infraestrutura brasileiro, eu estou desacreditado. Quando o recurso é federal, estamos literalmente desacreditados.

Na Comissão de Desenvolvimento Urbano, na semana passada, na apresentação de emendas à LDO – grande Relator, V.Exa. tem experiência nesta Casa e nesta Comissão, os primeiros passos que dei aqui foram ouvindo o conselho de V.Exa., quando nem era Deputado ainda –, fiz uma emenda, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, solicitando nessa emenda, na redação dela, que os recursos, quando fossem aplicados, logo no empenho tivessem uma reserva do Tesouro de 50% do financeiro. As obras começariam com 50% do financeiro; depois de medidos os 50%, solicitassem-se 30%, e na etapa final os 20% restantes, quando a obra estivesse concluída. Ou seja, isso dá uma segurança jurídica para o empresário, isso dá uma segurança jurídica para o contratante, para que ele contrate com a garantia de que as obras vão ser iniciadas com 50% dos recursos, e não fiquemos aqui, todos nós Deputados Federais, no beija-mão – beija-mão no Ministério, beija-mão na Casa Civil, beija-mão na Caixa Econômica; ou seja, nós passamos a ser um despachante de luxo das Prefeituras para a cada medição correr atrás do financeiro. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo! Nossa função de Deputado Federal é zelar pelo País de uma forma global, é fazer um debate à altura, como este que nós estamos fazendo aqui, e não ficar a cada medição correndo ao Ministério das Cidades, ao Ministério do Turismo, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Integração, atrás de financeiro; aí, de lá, passa para a Casa Civil, o Deputado vai para a Casa Civil, a Casa Civil acompanha a votação do Deputado para liberar...

Ou seja, isso vai fazer com que nós, aqui na Comissão de Orçamento, venhamos a nos entender e tentemos fazer um Orçamento impositivo, porque a única solução é nós mudarmos esse modelo de hoje, que é um modelo arcaico, que é um modelo totalmente retrógrado para o País. Nós estamos fazendo um desserviço ao País, porque a Caixa Econômica também, com o número de emendas, com o número de convênios que tem, não pode processar 15, 20, 30 medições num contrato de R\$ 300 mil, R\$ 400 mil, R\$ 500 mil, porque se isso avoluma, não há gente suficiente para fiscalizar. Fora o trabalho que nós estamos tendo aqui na Comissão, não só na Comissão, mas no Parlamento, de ir para o beija-mão, para a liberação do recurso. Isso é um absurdo! Nós estamos quebrando as empresas brasileiras! Há Municípios aí em que os Prefeitos já me disseram: "Olhe, Deputado, meu Município está quebrado, porque a empresa veio, executou, não pagou o comércio local, não pagou a mão de obra; por que não querem liberar? É o senhor que está tentando prejudicar-me politicamente?" Ou seja, esse ônus é nosso! Nós que estamos na base, nós que estamos lá onde há a aplicação do recurso é que pagamos o custo político dessa ineficiência nossa aqui.

Então, o apelo que eu faço a V.Exa. é no sentido de nós tentarmos, aqui neste debate, rever os modelos, tentarmos equacionar e, se possível, pagar. Esse pagamento é primordial, e para isso faça-se a prorrogação do prazo do decreto. Esse decreto não pode expirar-se no final do mês de junho, porque há muitos contratos em análise ainda, a Caixa Econômica não tem condição humana de avaliar esses contratos, e nós políticos, nós Deputados Federais é que pagamos esse preço. Então, eu rogo a V.Exa. que nos ajude a resolver esse grande problema que hoje nós temos no País.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Temos de assegurar que não haja veto, porque... Vote-se, Deputado Márcio Reinaldo, V.Exa. que é Relator, com a garantia de que se houver veto nós o derrubaremos, porque isso é um avanço. O Dr. Arno está na linha desta Casa. V.Exa. não está vendo que está havendo uma convergência de pensamentos positivos? A única oposição é ao prazo, muito curto. Mas no resto nós concordamos.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Só uma observação aqui: eu acho que essa linha que V.Exa. emendou, como outros companheiros, eu acho que nós estamos nessa direção. Por isso foi que eu pedi a presença do Secretário do Tesouro, porque essa atitude vai demandar o seguinte: o Tesouro tem de estar



programado para que, na medida em que se liberarem esses recursos, o dinheiro chegue, o dinheiro esteja disponível, para que a obra não pare mais. E, aliás, eu faço correções nessa emenda, para torná-la mais positiva; ou seja, não haveria momento algum em que se ficaria sem recurso para a obra terminar, principalmente esses contratos de pequeno valor, que a Caixa tentou definir para nós como de até R\$ 500 mil.

Mas, de qualquer maneira, é um quadro delicado, e eu acho que a presença do Tesouro é importante, para ele entender, viver, e assumir também, porque lá na frente vai haver reflexo.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Aliás, Deputado Márcio, se V.Exa. me permite, em alguns convênios o próprio Ministério já está exigindo, na contrapartida do Município, assegurarem-se no orçamento os recursos a serem complementados. Então, em determinados... eu vou dar aqui um exemplo: ginásio de esportes; houve um convênio, com um Prefeito ligado a mim, que tinha uma contrapartida muito maior do que a de praxe. Era em torno de 40% do valor do convênio. E o Ministério exigiu que o Prefeito apresentasse na lei orçamentária a dotação específica para a complementação desses recursos federais. Ou seja, é um avanço, eu concordo com isso, acho que isso garante a conclusão da obra; agora, o financeiro não está acompanhando o orçamentário. Daí por que acho que todas essas medidas vêm ao encontro do que desejamos; agora, insisto em dizer: se não houver esse comprometimento do pagamento, primeiro, e, segundo, se não houver uma tolerância, nesse caso de 2009...

Em 2007/2008 (isso já passou; mas, enfim...) houve um prejuízo muito considerável. Daí até, acredito, a insatisfação de grande parte da base parlamentar do Governo aqui na Casa. Nós não podemos punir um lado só. Não podemos, Dr. Arno. Sei que V.Exa. pode ser, se concordar com a minha tese, a nossa, uma única pessoa, mas dentro do Governo não houve sensibilidade para encarar essa questão como uma responsabilidade de todos, e não apenas daqueles que estão na ponta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Britto) - Com a palavra o Deputado Lucio Vieira Lima.

**O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA** - Sr. Presidente, colegas, Ilmo. Sr. Secretário do Tesouro Dr. Arno Hugo Augustin Filho, eu gostaria de registrar aqui: se, diante de colegas que já são considerados decanos nesta Casa, que já têm conhecimento do andamento, de como se deram essas coisas, eu vejo, neste momento, e durante um grande período, a perplexidade no rosto desses colegas, imagine para mim, marinheiro de primeira viagem, Deputado de primeiro mandato, que chego aqui cheio de sonhos, achando que vou resolver os problemas dos meus Municípios, do meu povo querido da Bahia!

E aqui não se trata de ser da base ou não do Governo. Sou Deputado do PMDB, sou Vice-Líder do PMDB; mas, antes desses compromissos, eu tenho compromisso com quem me elegeu, com quem confiou em mim, com quem me colocou aqui para poder defender os seus interesses.

E, pelo que nós vemos, já ficou claro, já foi reconhecido que a disponibilidade financeira existe; está faltando é colocar em prática, disponibilizar esses recursos para a Caixa Econômica e para os demais Ministérios, para que possam ser atendidos os Parlamentares e, por consequência, o povo do Brasil.

Eu leio nos jornais que acusam os Deputados de estarem preocupados com emendas paroquiais, como se fossem uma coisa menor, uma coisa desprezível. Ora, somos nós que temos de ver, realmente, as ditas emendas paroquiais, porque nós que estamos visitando as bases estamos vendo crianças pisarem em esgoto a céu aberto, pegando doenças e dando mais gastos ainda para a saúde. Seria bom se o Sr. Secretário fizesse uma viagem dessas para fazer vistorias nessas obras paroquiais, para ver que nós apresentamos emendas para pontes que darão acesso aos estudantes às salas de aula, para fazer uma passagem, para que possa um doente pegar uma ambulância e dirigir-se a um hospital para ser atendido.

Desta forma, eu apelo para V.Exa. no sentido de que seja defensor dessa causa do Congresso Nacional, porque na verdade V.Exa. estará defendendo é o Governo da Presidenta Dilma. O que eu vejo aqui? Ontem, ou antes de ontem, quando a Ministra Ideli tomou posse, saiu a notícia em todos os jornais de que ela ia limpar as prateleiras e ia liberar os recursos; hoje — com a tecnologia *on line*, nós temos acesso a todo o momento ao noticiário — já sai a notícia: “*Ideli prega cautela na liberação de recursos para Deputados*”.

Ora, ao ler a notícia ontem, eu liguei para os Prefeitos, liguei para as minhas bases, liguei para as associações — certo? —, para dizer-lhes, mesmo eu que não coloquei emendas, mas, logicamente, represento a Bahia, e pedem-me que lute por emendas até de Deputados que eventualmente perderam a eleição, que ficassem tranquilos, porque aquelas obras tão ansiadas por eles, tão desejadas, estavam prestes a ser liberadas, pois a Ministra Ideli Salvatti empenhou sua palavra; e hoje sou surpreendido por isso!

Então, diante dessa demonstração clara de excesso de receita, eu gostaria que V.Sa. saísse daqui para levar o pleito de que, pelo amor de Deus, liberem as emendas, que são tão necessárias não aos Parlamentares,



mas ao povo do Brasil, que tanto necessita desses recursos para pequenas obras que para os outros, para nós que estamos aqui em Brasília podem ser pequenas obras, mas para eles são grandiosas obras que os tirarão de uma situação ruim para uma situação que vai dar dignidade à sua vida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Britto) - Continua franqueada a palavra.

Não havendo mais quem queira...

Sim, Deputado Gilmar.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Só queria prestar uma informação. Ouvi a intervenção do Deputado e quero só fazer um esclarecimento aqui: a Ministra Ideli assumiu recentemente. Quem estava aqui na Comissão o ano passado lembra que, à época, a Senadora era Líder do Governo no Congresso, e nós tivemos a oportunidade de trabalhar com ela. E ela sempre afirmou, e eu quero aqui reafirmar, porque já tivemos conversas, desde a sua posse: ela vai, sim. E é uma orientação da Presidenta — e também da Ministra da Casa Civil, que esteve conosco até há bem pouco tempo; semana passada estava aqui conosco — a de que esse diálogo ocorra. Na próxima semana nós já deveremos ter um encontro com as Lideranças da Comissão de Orçamento para tratarmos exatamente desses... não só dos pagamentos, mas também dos empenhos, porque é justo que isso de fato ocorra. Não há nenhuma negociação nesse processo. Vamos apenas para o cumprimento daquilo que nós votamos no Orçamento.

Então, eu só quero aqui comunicar à Comissão que os Líderes na próxima semana já estarão... Ela está, logicamente, tendo tomado posse, tomando pé da situação, e ao mesmo tempo fazendo primeiro as reuniões e as tratativas com o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, com os Líderes nas duas Casas, e a partir daí ela vai também — ela conhece bem esta Comissão; como Líder do Governo, tratou com esta Comissão — manter conversas com as Lideranças desta Comissão, com os Líderes dos partidos nesta Comissão, para que nós possamos então organizar um programa que possa de fato equacionar essa questão.

Era apenas essa a comunicação. Desculpe-me, Secretário, esta intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Britto) - Mas, Secretário, eu queria também usar da palavra, na mesma linha do Deputado Lucio Vieira Lima, o nobre Deputado da Bahia. Nós estamos hoje, no momento, no Brasil, numa outra dimensão, na época do PAC. E nós entendemos perfeitamente, Sr. Secretário, que as emendas parlamentares são os verdadeiros PACs dos pequenos Municípios. Existem Municípios, principalmente no Nordeste, de uma maneira geral, em que não se vê a presença do Governo, da gestão pública de uma maneira geral, muito frequentemente. Muito raramente nós temos observado algumas ações de Governo efetivas nos pequenos Municípios.

E essas emendas parlamentares são fruto exatamente do andamento, ou das viagens dos Parlamentares, da visita desses Parlamentares aos Municípios. Então, eles conhecem, sentem o problema, convivem com o apelo popular. Diretamente, nós estamos presenciando as pessoas comunicarem-nos, dizerem da sua ansiedade por uma ponte, como foi mencionado aqui, uma coisa de R\$ 50 mil, de R\$ 100 mil, talvez, mas uma coisa que efetivamente muda, muda diametralmente a ação de governo dentro dessa comunidade. Então, são pequenas emendas que têm uma importância capital para esses Municípios, principalmente esses pequenos Municípios.

Eu quero aqui dizer da nossa confiança no Governo da Presidenta Dilma, quero dizer que nós Parlamentares acreditamos efetivamente que as nossas emendas não serão colocadas de lado, e, com a sensibilidade do Governo, nós haveremos de beneficiar principalmente, eu volto a insistir, os pequenos Municípios.

Então, era isso, e eu gostaria de ouvir de V.Exa. alguma coisa nesse sentido.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Bem, eu vou novamente tentar seguir a ordem para responder as questões.

Primeiro, o Deputado Vaz de Lima não está mais presente, mas ele referiu que o Banco Central e o Tesouro teriam posição diferente, no que concerne ao BNDES. Isso não é verdade. O Banco Central posicionou-se, na sua ata, assim como o Governo já vem fazendo, no sentido de que paulatinamente o volume dos aportes ao BNDES vá sendo menor, e essa é a nossa política; ele foi de R\$ 100 bilhões no primeiro ano, R\$ 80 bilhões no segundo, R\$ 55 bilhões neste ano, e esta é a política do Governo: paulatinamente diminuir o aporte do Tesouro ao BNDES, e aumentar inclusive a participação privada no financiamento de longo prazo no Brasil. E estamos fazendo isso. Lançamos um conjunto de medidas para incentivar isso. Então, não há nenhuma contradição. Muito pelo contrário, é exatamente a mesma política.



Eu queria reiterar — e particularmente, aqui, respondendo ao Deputado Priante, que está aqui, ao Deputado Cajado, aos vários que falaram, porque isto é oportuno, na medida em que estamos justamente iniciando o processo orçamentário do ano que vem — que há um problema, decorrente do fato de que a estimativa do Orçamento de 2011 de receita, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, aqui a receita total foi de R\$ 750 bilhões. Nós estamos trabalhando no decreto (e é isso que está absolutamente em linha) com R\$ 730 bilhões. É um valor, esse de R\$ 730 bilhões, muito semelhante àquele que nós colocamos no projeto. Nós colocamos no projeto de lei R\$ 733 bilhões; o Parlamento avaliou que deveria subir a receita para R\$ 750 bilhões. Nós respeitamos, mas aqui... Bom, a receita que ocorre é a que ocorre. Então, um pouco da origem do problema, que eu quero que os Parlamentares também considerem, inclusive na hora de fazerem as suas considerações, enfim, vem do fato de que, se a receita é colocada em um patamar superior àquilo que de fato ocorre na sequência, nós temos de tomar uma atitude — não é? —, porque não há aquela receita.

Então, aqui, o que houve foi um conjunto de fatores nesse sentido: a receita que vem ocorrendo está absolutamente em linha com o decreto do Executivo, e está absolutamente em linha com o projeto de lei que mandamos para esta Casa; não está em linha com a lei, com aquilo que na lei acabou sendo superior. Acontece que isso não é uma decisão. A receita é a receita que é arrecadada, não é? Ela não... O Executivo não decide. É a cada mês... Enfim, então, aqui a projeção da receita que foi feita está acima daquilo que está ocorrendo e daquilo que prevíamos. Felizmente aquilo que prevíamos está ocorrendo; ou seja, poderia... porque muitos inclusive nos criticaram em algum momento; quando a economia não tinha ainda reagido com mais força, diziam: “Não, mas está muito otimista”. Não, não era otimismo. Acho que se demonstrou correta a nossa previsão. Mas... Bom, são adequações necessárias.

Um segundo ponto: é sempre útil ouvir, é com esse espírito que venho aqui, e todas as pessoas do Executivo, para encontrar soluções, enfim, encontrar fórmulas de não termos... de aperfeiçoarmos os processos. Então, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira já se manifestou, e nós estamos à disposição, nós vamos ver como aperfeiçoar sempre, não é? Agora, há questões que são às vezes de incompreensão. Eu quero falar de algumas delas.

O Deputado Cajado disse que fez uma injustiça o decreto porque responsabiliza os entes federados. Não é verdade! No caso do Orçamento da União, que não é convênio, o prazo já se encerrou! O prazo dos Estados e Municípios é maior do que o do Orçamento da União, que não é convênio. O prazo de empenho dos Ministérios encerrou-se, e não foi prorrogado por esses 2 meses, em 2009. Não houve isso! Houve só para os entes federados, mostrando a clara intenção do Governo de não penalizar Estados e Municípios. Então...

Em segundo lugar, vários Parlamentares referiram-se aqui a questões que eu queria esclarecer.

Por exemplo, não há nenhum... O Deputado Capixaba falou de contingenciamento de obras do PAC em Rondônia, que não estariam andando. Não há nenhum contingenciamento de PAC, nenhum contingenciamento, nem orçamentário, nem financeiro, de PAC. Então, pode estar acontecendo, em alguma circunstância, não sei, algum atraso, algum... mas não por razão orçamentária ou financeira, porque não há contingenciamento. Então, tem-se de verificar cada uma das circunstâncias, para que não haja um equívoco.

Quanto ao exemplo que o Deputado Cajado deu, de uma Prefeitura que iniciou uma obra e, segundo ele, não teria recebido, essa obra não vai ter cancelamento de empenho. Ela já se iniciou, já houve medição; então, aí trata-se estritamente de pagamento.

Então, nós vamos continuar num processo de aperfeiçoamento. É isso que nós estamos tentando construir. Especificamente, eu ouvi e entendo essas últimas manifestações do nosso Presidente, a manifestação do Deputado Gilmar, a do Deputado Lúcio, da Bahia, enfim, no sentido de construir a melhor equação entre o Executivo e o Parlamento.

É evidente que nós temos essa disposição, permanentemente. Agora, é preciso compreender que as razões orçamentárias e financeiras, o cumprimento das metas fiscais, a consolidação fiscal do Brasil é muito importante. Então, nós temos de considerar todos os lados dessa questão, particularmente o fato de que, na medida em que o Brasil voltou a ter um crescimento forte e significativo, é importante que o lado fiscal auxilie a economia, ou seja, que o lado fiscal seja um elemento para evitar a pressão inflacionária demasiada, ou, como ocorreu quando houve a crise, que o lado fiscal ajude a reativar a economia.

Então, esse balanço às vezes significa momentos em que se tem de ir mais devagar porque isso é importante para a estabilidade, é importante para que o crescimento seja em linha. É isso que nós estamos buscando, a melhor equação.





Eu agradeço o conjunto das observações e entendo esta segunda fase mais como sugestões do que propriamente como perguntas.

Portanto, não vou entrar muito no detalhamento. E reitero a satisfação de poder ter estado aqui, conversando com os Srs. Parlamentares e mais uma vez demonstrando que há cumprimento das metas fiscais.

Obrigado. Da minha parte, era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Britto) - Bom, não havendo mais quem queira manifestar-se, agradeço ao Secretário do Tesouro Nacional Sr. Arno Hugo Augustin Filho, à sua equipe técnica e aos Srs. Parlamentares o comparecimento. Muito obrigado.

A reunião está encerrada.